

## TRÊS RANKINGS DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS

Marco Antonio Jorge, John Max Santos Sales e Brenda Machado Lima

### RESUMO

Os indicadores de desenvolvimento têm sido utilizados como instrumento de auxílio no planejamento municipal. Além do IDH e do IDH-M, gestores públicos e formuladores de políticas vêm desenvolvendo instrumentos de análise com maior enfoque local e abrangência temática. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os resultados de três *rankings* de indicadores sócio-econômicos calculados para os municípios sergipanos: o IDH-M, o IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – e o IDE, Índice de Desenvolvimento Econômico, elaborado pela SEI/BA e recalculado pelos autores para os municípios sergipanos. Para tanto, o trabalho divide-se em quatro seções, além da introdução: na primeira são tecidas algumas considerações a respeito da importância de indicadores de desenvolvimento sócio-econômico. Na segunda, apresenta-se a forma de cálculo dos três indicadores utilizados. A seção seguinte traz uma breve descrição do Estado de Sergipe e a última seção apresenta os três *rankings* englobando os municípios sergipanos, acompanhados de comentários analíticos.

### 1. INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – é o indicador sócio-econômico mais difundido na atualidade e busca originalmente medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Por ser um indicador que expressa dados em âmbito mais geral, foi criado o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) como uma alternativa que mostrasse com mais clareza a realidade local, mas este padece da dificuldade de atualização, bem como da não incorporação de questões pertinentes à qualidade de vida, tais como a segurança e o meio-ambiente, por exemplo.

Com tal perspectiva, alguns estados da Federação passaram a criar indicadores de qualidade de vida, performance social ou desenvolvimento econômico, passíveis de atualização periódica e com o intuito de retratar aspectos mais abrangentes da realidade de cada localidade.

Igualmente importante se faz criar indicadores locais confiáveis, atualizados e representativos da realidade sócio-econômica dos municípios sergipanos, principalmente à luz da direção dada

pelo governo estadual no sentido de regionalizar suas ações para interiorizar o desenvolvimento, já que 70% do PIB sergipano concentra-se no seu litoral<sup>1</sup>.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é comparar e analisar os resultados de três *rankings* de indicadores sócio-econômicos calculados para os municípios sergipanos, a saber: o IDH-M, o IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – e o IDE, Índice de Desenvolvimento Econômico, elaborado pela SEI/BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia – e recalculado pelos autores para os municípios sergipanos<sup>2</sup>.

Para tanto, o trabalho divide-se em quatro seções, além desta introdução: na primeira são tecidas algumas considerações a respeito da importância de indicadores de desenvolvimento sócio-econômico. Na segunda seção, apresenta-se a forma de cálculo dos três indicadores utilizados neste artigo. A seção seguinte traz uma breve descrição do estado de Sergipe e a última seção apresenta os três *rankings* englobando os municípios sergipanos, acompanhados de comentários analíticos dos autores.

## 2. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

A escassez de recursos públicos somada à necessidade de atendimento às carências da população exige dos gestores públicos a formulação de políticas eficazes e eficientes no atendimento de seus objetivos e, para tanto, é fundamental que tais políticas estejam alicerçadas em informações sólidas acerca da realidade.

Nesse sentido, a disponibilidade de indicadores sócio-econômicos confiáveis e atualizados cumpre importante papel como instrumento para balizar a formulação e a avaliação das políticas públicas.

No entanto, no Brasil os indicadores sócio-econômicos locais são desatualizados, posto que em sua maioria, restringem-se às informações censitárias, sujeitas, portanto, somente a atualização decenal.

Os indicadores mais contemporâneos disponíveis pertencem fundamentalmente a quatro bases de dados: do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do sistema RAIS-CAGED, de responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Emprego e do FINBRA – Finanças do Brasil.

O IDH-M, o mais bem aceito indicador de qualidade de vida nas localidades, está sujeito a limitações, pois utiliza em seu cálculo informações censitárias e, desse modo, só pode ser

---

<sup>1</sup> Com este intuito, o governo estadual instituiu o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo – PDTP -, capitaneado pela Secretaria do Planejamento. No âmbito do Plano foram criados oito territórios de planejamento e realizadas conferências em nível municipal e de território. Tais conferências tiveram a finalidade de diagnosticar as demandas de cada região para balizar a formulação do PPA – Plano Pluri-Anual – e de um plano de desenvolvimento de longo prazo intitulado DESENVOLVER-SE. Com relação ao PIB dos municípios sergipanos, a informação mais recente refere-se ao ano de 2006 e encontra-se disponível em SEPLAN/SE (2008).

<sup>2</sup> O presente artigo tem caráter exploratório e é parte de um projeto de pesquisa mais amplo cuja finalidade consiste em mapear todos os indicadores de desenvolvimento existentes no país, replicando seu cálculo para os municípios sergipanos sempre que possível.

atualizado decenalmente, o que o torna uma informação datada. Além disso, restringe-se às dimensões renda, educação e longevidade deixando assim de contemplar questões cruciais, tais como a distribuição de renda e a ambiental<sup>3</sup>, por exemplo.

Neste sentido, têm surgido algumas experiências locais com o intuito da elaboração de indicadores mais recentes e abrangentes do que o IDH-M. Dentre estas experiências, vale a pena destacar duas<sup>4</sup>: o IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – e o IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico –, elaborado pela SEI/BA, como componente de seu Índice de Desenvolvimento Municipal.

### 3. IDH-M, IFDM e IDE

Nesta seção, descreve-se a forma de cálculo dos três indicadores utilizados no presente artigo.

#### 3.1 O IDH-M

Em função das críticas à utilização do PIB *per capita* como indicador de bem estar ou de desenvolvimento econômico, houve diversas tentativas de criar indicadores alternativos e mais compreensivos, resultando em uma profusão de novos índices na década de 1990.

Neste contexto surge o conceito de desenvolvimento humano, elaborado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e definido como sendo o processo de aumento das escolhas pessoais, que podem ser infinitas e mudar ao longo do tempo. O conceito também se diferencia da idéia de bem estar, na medida em que enfoca os indivíduos como participantes ativos do processo de desenvolvimento e não como meros receptores do mesmo (PNUD, 1998).

O IDH foi criado em 1998 com a pretensão de ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas outras características que influenciam na qualidade de vida humana.

Sua construção utiliza três subíndices, cada qual com valores entre 0 e 1, dos quais se extrai uma média aritmética. Os três subíndices são os seguintes: longevidade, educação e renda, tendo-se estabelecido a seguinte metodologia de padronização para cada indicador:

$$I_{x, j, t} = \frac{Y_{x, j, t} - L_{Lx}}{L_{Sx} - L_{Lx}} \quad (1)$$

---

<sup>3</sup> Lemos (2003), p. ex., elaborou uma proposta de extensão do IDH e IDH-M para incorporar as questões da pobreza e da desigualdade. Para uma análise internacional do direcionamento que vem tomando nas últimas décadas a elaboração de indicadores de bem-estar vide Gadrey e Jany-Catrice (2006).

<sup>4</sup> Apenas a título de exemplo, visto que no Brasil existem vários tipos de indicadores que buscam avaliar aspectos do ambiente urbano, estimando-se a existência de 45 sistemas de indicadores no período entre 1995 e 2004, sendo 6 referentes à totalidade dos municípios brasileiros e 39 referentes aos municípios de diversas Unidades da Federação e Distrito Federal, com um total de 816 indicadores enfocando 25 diferentes temas (NAHAS, 2006).

Onde:  $I_{x,j,t}$  é o índice do indicador  $x$  da unidade geográfica  $j$  no tempo  $t$ ;  
 $Y_{x,j,t}$  é o indicador  $x$  da unidade geográfica  $j$  no tempo  $t$ ;  
 $LI_x$  é o limite inferior do indicador  $x$ ;  
 $LS_x$  é o limite superior do indicador  $x$ .

Dessa forma, os índices aparecem em valores relativos, o que permite a comensurabilidade de seus componentes, bem como comparações interregionais e intertemporais. Vejamos com mais detalhe cada subíndice:

- i. Longevidade: mensurada pela Expectativa de Vida no Nascimento ( $E$ ), expressa em anos. Para relativizá-la, utiliza-se a seguinte fórmula:  $IDH_L = (E - 25)/(85 - 25)$ , ou seja, os limites mínimo e máximo são 25 e 85 anos.
- ii. Nível de Educação: o procedimento consiste em calcular um índice para a alfabetização dos adultos (percentual da população de 15 anos ou mais de idade alfabetizada) e outro índice para escolarização (taxa de matrícula combinada nos três ciclos educacionais em relação à população com idade entre 7 e 22 anos). Os limites mínimo e máximo estabelecidos para fins de cálculo são 0 e 100%. Depois aplica-se uma média ponderada dos dois índices para fornecer o subíndice de nível de instrução -  $IDH_E$ , no qual a alfabetização dos adultos recebe um peso de dois terços e a taxa bruta de escolarização de um terço.
- iii. Renda: O subíndice de renda ( $IDH_R$ ) é calculado com base no PIB por habitante através de uma função logarítmica, com base 10. Ao introduzir uma função logarítmica, mantém-se a hipótese de que, além de certo nível de renda, aumentos desta contribuem de forma menos relevante para o desenvolvimento humano. Esta é a hipótese da utilidade marginal decrescente da renda. Além disso, o PIB *per capita* é também corrigido pelo poder de compra de cada localidade. Assim, os limites inferior e superior foram estabelecidos em US\$ 100 e US\$ 40.000 anuais PPC.

Finalmente, o cálculo do IDH é representado pela média aritmética dos três índices.

Faz-se necessário lembrar também que o IDH ganhou uma versão local: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal ( $IDH-M$ ), calculado de acordo com a mesma metodologia, porém com duas alterações. Uma delas diz respeito ao  $IDH-M_E$ : além da taxa de alfabetização utiliza-se o número médio de anos de estudo (ao invés da taxa combinada de matrícula); a outra refere-se ao  $IDH-M_R$ , expresso aqui pela renda domiciliar *per capita*.

Porém, a despeito de sua ampla aceitação, o IDH tem recebido diversas propostas de extensão, além de algumas críticas, tais como a arbitrariedade na escolha de seus componentes e de seus pesos. Há também críticas com relação ao uso das médias que podem ocultar desigualdades na distribuição de renda, bem como esconder grandes discrepâncias entre homens e mulheres, ricos e pobres, população rural e urbana.

Romão (1993) e Lemos (2003), por exemplo, advogam a incorporação de indicadores de distribuição de renda e de pobreza no cálculo do índice. Também se propugna a inclusão de uma dimensão ambiental no IDH, já que a qualidade ambiental afeta os padrões de vida da

geração presente e também das próximas. Uma idéia seria deduzir do PIB as chamadas despesas defensivas, aquelas que “servem para reparar danos ou prejuízos colaterais de nossos modelos de crescimento” (GADREY e JANY-CATRICE, 2006, p. 90), mas que despesas enquadrar nesta categoria? O Banco Mundial, na tentativa de contribuir para este debate, criou o conceito de poupança verdadeira (*genuine savings*).

Ainda assim, para Mueller (2008), há dimensões do “capital natural” que não podem ser reduzidas à dimensão monetária, como os serviços de sustentação à vida providos pelo meio ambiente. Dessa forma, qualquer indicador que se dispusesse a mensurar a dimensão ambiental deveria abranger um conjunto de variáveis físicas, além das variáveis monetárias.

Os indicadores que buscam analisar o grau de destruição da natureza para a produção de bens materiais pelo homem são chamados por Gadrey e Jany-Catrice de *pegada ecológica*. Eles analisam as relações do homem com os recursos naturais renováveis e não-renováveis, com o intuito de fornecer matérias-primas para produção e consumo, além de reciclar os detritos.

### 3.2 O IFDM

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), buscando desenvolver uma ferramenta para o planejamento da gestão municipal, criou o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), utilizando uma metodologia que permite o monitoramento e a comparação quantitativa anual entre os municípios (Sistema FIRJAN, 2008), levando em consideração as díspares realidades de cada um.

Emprego e Renda, Educação e Saúde foram definidos como as três dimensões mais significativas do desenvolvimento municipal. Os indicadores empregados são estatísticas oficiais disponibilizadas publicamente pelos Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Educação, as quais permitem a construção de um banco de dados com periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. As variáveis são padronizadas de maneira similar à utilizada no cálculo do IDH, expressa na equação (1).

O índice e os subíndices variam numa escala de 0 a 1, quanto mais próximo de zero pior e quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho municipal, podendo ser categorizado em baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento.

A seguir são descritas as três áreas de abrangência do referido índice:

#### **IFDM- Emprego e Renda**

Nesta dimensão o foco é no emprego formal e na renda da população empregada. O indicador do emprego formal é composto pela taxa de geração de emprego formal sobre o estoque de empregados, média de criação de emprego nos últimos três anos e saldo anual absoluto de geração de empregos, com pesos de 10%, 10% e 30% respectivamente. Já o indicador de salário médio mensal foi construído com os dados de taxa de crescimento de salário médio, crescimento médio dos salários dos últimos três anos e o valor corrente dos salários dos últimos três anos, com pesos respectivamente de 7,5%, 7,5% e 35%.

### **IFDM - Educação**

O índice procura avaliar a educação a partir da qualidade do ensino infantil e fundamental, público ou privado, baseado na premissa de que cada município tenha no mínimo uma educação infantil e fundamental de qualidade. Na composição do IFDM – Educação na área de educação infantil foi considerado o número de matrículas em creches e pré-escolas registradas no Censo Escolar em relação ao número de crianças na faixa etária adequada a esta modalidade educacional (0 a 5 anos de idade), com peso de 20%. Quanto ao ensino fundamental as variáveis são: taxa de distorção idade-série; percentual de docentes com curso superior; número médio diário de horas-aula; taxa de abandono escolar; e resultado médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com peso de 80% distribuído entre estes cinco indicadores: 10% para a taxa de distorção idade-série, 25% para o resultado do IDEB e 15% para cada um dos demais (percentual de docentes de nível superior, nº médio de horas-aula e taxa de abandono).

### **IFDM – Saúde**

Optou-se por utilizar os bancos de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) e sobre Nascidos Vivos (SINASC) do Ministério da Saúde. As variáveis escolhidas são de controle reconhecidamente local, por causa da inviabilidade de se exigir que todos os municípios brasileiros apresentem hospitais de ponta e com todas as especialidades médicas. Dessa forma, o objetivo tem como foco a avaliação da qualidade do Sistema de Saúde Municipal referente à Atenção Básica. As variáveis são: Quantidade de Consultas Pré-Natal (considerou-se como atendimento mais básico que cada município deva ter), Taxa de Óbitos Mal-Definidos (permite inferência sobre a qualidade da atenção médica) e Taxa de Óbitos Infantis por Causas Evitáveis (deriva de medidas de resultado ou de impacto da ação pública), com peso de 33,3% cada.

## **3.3 O IDE**

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) realiza vários estudos de suporte ao planejamento governamental. Dentre estes, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Municipal, desdobrando-se em dois componentes: o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

Para a construção dos índices, utiliza-se o método dos escores padronizados<sup>5</sup>, subtraindo-se do indicador municipal a média estadual e dividindo-se este resultado pelo desvio-padrão da amostra. Multiplica-se, então, o produto da divisão por cem e adiciona-se o valor de 5.000. Obtido o escore padronizado, permite-se a comparação dos indicadores entre si e com relação à média estadual. A partir de então os municípios são classificados em ordem decrescente da média geométrica de seus escores padronizados.

Como já citado, o Índice de Desenvolvimento Municipal das localidades baianas é apresentado na forma de IDE e IDS. Somente o primeiro foi adaptado e calculado pelos autores para os municípios sergipanos com a finalidade de mostrar que a alteração na

---

<sup>5</sup>Trata-se de procedimento estatístico bastante difundido e consiste em subtrair cada variável de sua média e dividir a diferença pelo seu desvio-padrão. O valor de 5000 foi incluído na fórmula para obter-se maior amplitude de escala para diferenciação dos municípios, evitando assim uma superposição de índices.

composição de variáveis da dimensão econômica pode levar a resultados bastante díspares, como será visto adiante. O IDE é definido a partir dos níveis de infra-estrutura, da qualificação da mão-de-obra existente e da renda gerada no local, tal que:

$$IDE = \sqrt[3]{INF.IQM.IP} \quad (2)$$

O Índice de Infra-estrutura (INF) é calculado a partir de um conjunto de informações sobre a infra-estrutura do município.

$$INF = \sqrt[4]{EEN.TEL.BAN.ECS} \quad (3)$$

Onde: *EEN* - Consumo total de energia elétrica para cada 1000 habitantes

*TEL* - Total de terminais telefônicos em serviço para cada 1000 habitantes

*BAN* - Total de estabelecimentos bancários em funcionamento para cada 1000 habitantes

*ECS* - Total de estabelecimentos comerciais e de serviços para cada 1000 habitantes

O Índice de Qualificação da Mão-de-obra (IQM), por sua vez, extrai dos dados da RAIS-MTE o nível de escolaridade dos trabalhadores do setor formal, agrupado da seguinte forma: analfabetos, 4ª série incompleta, 4ª série completa, 8ª série incompleta, 8ª série completa e nível médio incompleto, nível médio completo e superior incompleto, superior completo. Estas informações são utilizadas para o cálculo de coeficientes que expressam a proporção de trabalhadores de cada nível de escolaridade em relação ao total de trabalhadores do município, bem como em relação ao total da população municipal.

Já o Índice do Produto Municipal (IPM) mensura a geração de renda de cada localidade através do PIB municipal.

#### 4. BREVE DESCRIÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE

O estado de Sergipe é a menor unidade da Federação em termos físicos (21,9 mil km<sup>2</sup>) e conta com uma população de 1.939.426 habitantes. Possui 75 municípios, mas apenas dois deles têm mais de 100 mil habitantes: a capital Aracaju e Nossa Sra. do Socorro, vizinha à capital, respectivamente com 520.303 e 148.546 habitantes cada (IBGE, Contagem da População 2007). A limitação na dimensão física e populacional do estado acaba por materializar-se em um Produto Interno Bruto (PIB) de dimensões modestas: R\$ 15,1 bilhões em 2006 (SEPLAN, 2008).

Na composição deste PIB destacam-se a indústria de transformação e indústria extrativa, através da atuação da Petrobrás e da Vale, bem como o setor público, como ressalta o documento da SEPLAN/SE: “Entre as atividades de maior relevância na composição do Produto Interno Bruto Estadual em 2006, destaca-se em primeiro plano a Administração, Saúde e Educação Públicas com aproximadamente ¼ de participação, ou seja, 24,5% do PIB. Essa alta taxa de participação ocorre na maioria dos pequenos estados brasileiros, onde a Administração Pública tem um peso bastante significativo na economia local” (2008, p. 5).

A participação dos três grandes setores na renda sergipana em 2006 era a seguinte: Agropecuária (4,9%), Indústria (31,4%) e Serviços (63,7%). Já o PIB *per capita* foi de R\$ 7.560 em 2006, inferior à média nacional, mas bem superior à média nordestina naquele ano, equivalente a R\$ 6.029 (25% a mais).

Trata-se de uma economia fechada: o comércio exterior tem participação pouco expressiva no PIB estadual, representando uma corrente de comércio (exportações mais importações) de apenas US\$ 315 milhões em 2008, frente a um PIB estimado para o ano de R\$ 16,8 bilhões<sup>6</sup>.

Vale mencionar, ainda, que Sergipe é um dos poucos estados que mantém um banco público (BANESE), o que reforça a capacidade de atuação do governo estadual para alavancar a economia.

Em 2007 o estado foi subdividido pelo governo, para fins de planejamento, em oito territórios: Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Agreste Central Sergipano, Leste Sergipano, Centro-Sul Sergipano, Grande Aracaju e Sul Sergipano. A figura abaixo ilustra a referida subdivisão.

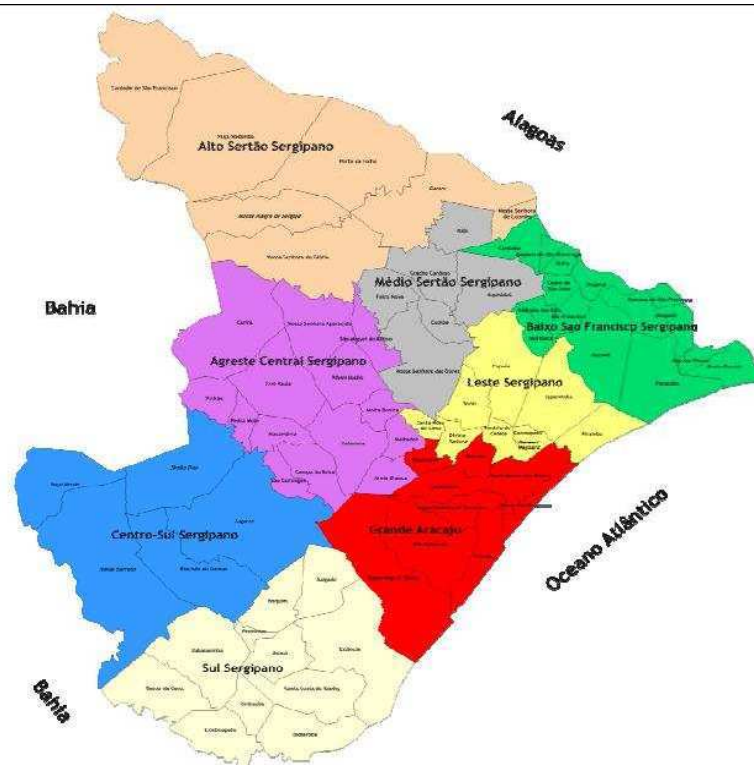


Figura 1 – Territórios de desenvolvimento do Estado de Sergipe  
Fonte: SEPLAN (2007)

<sup>6</sup> O PIB foi estimado pelos autores prevendo um crescimento da ordem de 5,5% a.a. em 2007 e 2008. As exportações e importações para outros estados estão incluídas na corrente de comércio.



A tabela 1 mostra alguns indicadores sociais do estado, em comparação às médias nacional e nordestina. Pode-se notar que, embora inferiores à média nacional, os indicadores estaduais encontram-se em situação mais favorável quando comparados à média regional, o que faz com que o estado possua o maior IDH (2000) e o maior IFDM (2005) do Nordeste.

Tabela 1: Indicadores Sociais Selecionados: SE, NE e BR -2007

Indicador	SE	NE	BR
Taxa de Urbanização (%)	81,7	71,8	83,5
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil)	33,8	35,6	24,3
Esperança de vida ao nascer	70,9	69,7	72,7
Taxa de Analfabetismo (% pessoas $\geq$ 15anos de idade)	16,8	19,9	10,0
Domicílios Particulares permanentes urbanos com serviço de abastecimento de água com canalização interna (%)	94,6	88,5	91,9
Domicílios Particulares permanentes urbanos com serviço de coleta direta de lixo (%)	87,5	81,5	90,2
Domicílios Particulares permanentes urbanos com serviço de rede coletora de esgoto sanitário e/ou pluvial (%)	60,5	44,6	68,7

Fonte: SEPLAN/SE (2008b, p. 25 e 26)

Enfim, este é o contexto para o qual serão construídos os *rankings* de desenvolvimento na próxima seção.

## 5. TRÊS RANKINGS PARA O ESTADO DE SERGIPE

A tabela 2 apresenta o valor dos três indicadores selecionados para os 75 municípios sergipanos, bem como a posição no *ranking* estadual de cada um deles. Algumas diferenças saltam aos olhos:

Tabela 2: Municípios Sergipanos ranqueados de acordo com o IDH-M, IFDM e IDE

Município	IDH-M 2000	Posição	IFDM 2005	Posição	IDE 2005	Posição
Aracaju	0,794	1°	0,7988	1°	5422,12	1°
São Cristóvão	0,700	2°	0,6221	9°	4983,11	43°
Nossa Senhora do Socorro	0,696	3°	0,6929	2°	5151,41	2°
Cedro de São João	0,684	4°	0,5586	30°	4985,69	41°
Itabaiana	0,678	5°	0,6414	6°	5010,50	25°
Barra dos Coqueiros	0,676	6°	0,6041	11°	4999,57	28°
Carmópolis	0,676	7°	0,6231	7°	5001,09	27°
Estância	0,672	8°	0,6221	8°	5063,52	7°
Rosário do Catete	0,671	9°	0,6734	3°	5039,74	14°
General Maynard	0,671	10°	0,5636	27°	4978,35	45°
Riachuelo	0,671	11°	0,5047	57°	4975,48	48°
Moita Bonita	0,662	12°	0,5877	18°	5017,92	21°
Maruim	0,662	13°	0,5984	14°	4974,11	49°
Campo do Brito	0,661	14°	0,5411	38°	4942,46	66°

Ribeirópolis	0,656	15°	0,5864	19°	5001,68	26°
Santo Amaro das Brotas	0,655	16°	0,5483	33°	4962,37	58°
Divina Pastora	0,655	17°	0,6208	10°	4955,20	62°
Propriá	0,653	18°	0,5844	20°	5047,92	10°
Japaratuba	0,652	19°	0,6462	5°	5074,12	5°
Pirambu	0,652	20°	0,6036	12°	5106,78	3°
Macambira	0,649	21°	0,5609	28°	4948,90	64°
Frei Paulo	0,646	22°	0,5897	17°	4986,09	39°
Siriri	0,645	23°	0,5655	26°	4989,31	34°
Areia Branca	0,644	24°	0,5427	37°	4988,92	37°
Laranjeiras	0,642	25°	0,6717	4°	5044,74	11°
Cumbe	0,638	26°	0,5003	60°	4977,90	46°
Itaporanga d'Ajuda	0,637	27°	0,5745	22°	4995,44	32°
Nossa Senhora das Dores	0,637	28°	0,5244	46°	4991,32	33°
Boquim	0,634	29°	0,5958	15°	5029,36	17°
Nossa Senhora da Glória	0,631	30°	0,5373	40°	4995,90	31°
São Francisco	0,629	31°	0,5715	24°	4938,38	69°
Malhada dos Bois	0,629	32°	0,5331	42°	4934,22	71°
Santa Rosa de Lima	0,628	33°	0,5749	21°	4959,24	60°
Itabi	0,623	34°	0,4838	67°	5075,24	4°
Neópolis	0,622	35°	0,5475	34°	5061,14	9°
Araúá	0,621	36°	0,5309	43°	4983,68	42°
Pedra Mole	0,620	37°	0,5590	29°	5040,51	12°
Feira Nova	0,620	38°	0,4991	61°	4940,74	67°
Malhador	0,618	39°	0,5034	58°	5017,00	23°
Capela	0,615	40°	0,5288	45°	4971,79	52°
Lagarto	0,614	41°	0,5569	31°	5021,68	19°
Salgado	0,611	42°	0,5521	32°	4986,81	38°
São Miguel do Aleixo	0,608	43°	0,5146	54°	4914,38	75°
Indiaroba	0,606	44°	0,5207	49°	4939,30	68°
Aquidabã	0,605	45°	0,4562	74°	4998,93	29°
Japoatã	0,604	46°	0,5127	55°	4962,38	57°
Amparo de São Francisco	0,601	47°	0,5921	16°	5013,64	24°
Pedrinhas	0,601	48°	0,5408	39°	4949,83	63°
Telha	0,601	49°	0,4778	70°	4943,51	65°
Umbaúba	0,601	50°	0,5107	56°	5029,64	16°
Pinhão	0,600	51°	0,5986	13°	4959,94	59°
Muribeca	0,597	52°	0,5009	59°	4969,39	53°
Poço Verde	0,597	53°	0,5222	47°	5019,83	20°
Canhoba	0,596	54°	0,5461	36°	4938,09	70°
Tobias Barreto	0,596	55°	0,5168	53°	5040,05	13°
São Domingos	0,594	56°	0,4985	62°	4923,86	74°
Gracho Cardoso	0,594	57°	0,4719	71°	4927,72	72°

Simão Dias	0,591	58°	0,5706	25°	4989,20	36°
Itabaianinha	0,590	59°	0,5337	41°	4976,40	47°
Ilha das Flores	0,584	60°	0,5189	51°	4981,65	44°
Pacatuba	0,584	61°	0,4981	63°	4925,79	73°
Nossa Senhora de Lourdes	0,583	62°	0,5219	48°	5062,75	8°
Carira	0,581	63°	0,5185	52°	4989,20	35°
Canindé de São Francisco	0,580	64°	0,5724	23°	5072,67	6°
Santana do São Francisco	0,579	65°	0,5193	50°	4967,64	54°
Cristinápolis	0,577	66°	0,4933	64°	4971,83	51°
Gararu	0,572	67°	0,4431	75°	5021,89	18°
Monte Alegre de Sergipe	0,568	68°	0,4614	73°	4985,80	40°
Nossa Senhora Aparecida	0,566	69°	0,5472	35°	5017,39	22°
Tomar do Geru	0,563	70°	0,4931	65°	4957,10	61°
Riachão do Dantas	0,556	71°	0,4928	66°	4998,09	30°
Porto da Folha	0,556	72°	0,4621	72°	4967,33	55°
Brejo Grande	0,550	73°	0,4819	68°	4964,55	56°
Santa Luzia do Itanhy	0,545	74°	0,4783	69°	4973,57	50°
Poço Redondo	0,536	75°	0,5309	44°	5036,83	15°

Fonte: PNUD, FIRJAN e SEI/BA

O desempenho do município de Poço Redondo, p. ex., é o pior no *ranking* estadual do IDH-M, mas sobe trinta posições quando se utiliza o IFDM como indicador de desenvolvimento e passa a figurar entre os 15 melhores, quando o indicador utilizado é o IDE (!). Como este, poder-se-ia enumerar diversos outros casos, o que não será feito aqui por razões de espaço.

Uma possível explicação para o fato estaria na defasagem temporal entre o IDH-M e os demais indicadores, visto que em cinco anos mudanças significativas podem ocorrer. Mas este argumento não justificaria diferenças tão gritantes de desempenho entre o IFDM e o IDE, ambos referentes ao ano de 2005, como no caso do município de Divina Pastora, p. ex., 10° colocado no IFDM e 62° no IDE.

Dessa forma, a principal razão parece estar mesmo nas diferentes composições dos indicadores aqui retratados: ainda que as dimensões do IDH-M e do IFDM sejam similares (saúde, educação e renda), as variáveis que compõem tais dimensões são completamente diferentes<sup>7</sup>. Isso também ocorre especificamente com a dimensão econômica quando se observa a composição do IDE frente aos demais indicadores.

## 6. CONCLUSÃO

Assim, para fins de formulação e avaliação de políticas públicas, dada a multiplicidade de indicadores hoje existentes no país, deve-se escolher aquele(s) que seja(m) o(s) mais

<sup>7</sup> Ainda que os componentes fossem os mesmos, o desempenho dos municípios poderia diferir em função dos diversos pesos atribuídos a cada componente nos diferentes indicadores, bem como à forma de padronização dos dados para obtenção da comensurabilidade entre as variáveis.

adequado(s) para refletir uma determinada dimensão do desenvolvimento que esteja no âmbito da referida política, em função da composição e dos pesos atribuídos às variáveis que compõem cada dimensão. A disponibilidade dos índices sob a forma de um painel digital de indicadores, como exposto em Scandar Neto et al (2008) em muito contribuiria para o êxito dessa escolha.

## 7. REFERÊNCIAS

Gadrey, J. e Jany-Catrice, F. (2006) **Os Novos Indicadores de Riqueza**. SENAC São Paulo, São Paulo.

Lemos, A. (2003) **Investigación sobre desarrollo humano en el extremo norte de Brasil**, Tesis de doctorado, Universidad de Matanzas, Cuba.

Mueller, C. (2008) Sustainable Development: conceptualizations and measurement, **Revista de Economia Política**, 28(2), 207-225.

Nahas, M. I. P. et al (2006). Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: Experiências e Metodologias, **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu/MG, Brasil, 18-22 de setembro 2006.

PNUD/IPEA. (1998) **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: indicadores brasileiros**, PNUD/IPEA, Brasília.

Romão, M. C. (1993) Uma Proposta de Extensão do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas, **Revista de Economia Política**, 13(4), 97-111.

Scandar Neto, W. J.; Jannuzzi, P. M. e Silva, P. L. N. (2008) Sistemas de Indicadores ou Indicadores Sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais?, **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu/MG, Brasil, 29 setembro – 03 outubro 2008.

SEPLAN/SE. (2008a) **Contas Regionais – Produto Interno Bruto do Estado de Sergipe 2002-2006**, SEPLAN, Aracaju (CD-ROM).

SEPLAN/SE. (2008b) **Sergipe em Dados 2008**. SEPLAN, Aracaju (CD-ROM).

SEPLAN/SUPES e IBGE. (2007) **Produto Interno Bruto dos Municípios Sergipanos 2004**, SEPLAN/IBGE, Aracaju (CD-ROM) in <http://www.seplan.se.gov.br/supes/>. Acessado em 16/08/07.

Sistema FIRJAN (2008). **IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. In: <http://www.firjan.org.br>. Acessado em 22/08/2008.